

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

CONCURSO PÚBLICO/2013

MANHÃ

Provas Objetivas e Discursiva

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo/especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a Folha de Texto Definitivo.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e a sua Folha de Texto Definitivo e deixe o local de provas.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

• Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

• Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

• É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros, que expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 As empresas vêm transformando as unidades de
treinamento em universidades corporativas. Em parte, devido
à incapacidade demonstrada pelas universidades tradicionais de
4 cumprir com o papel de formação e desenvolvimento de
quadros, mas também em decorrência da necessidade de
atender às próprias especificidades.

7 No setor público, a situação não é diferente. As
organizações públicas têm instituído as unidades de educação
corporativa, abrigadas sob a denominação “escolas de
10 governo”, com papel semelhante ao das universidades
corporativas. Respeitam-se, decerto, as características
particulares da administração pública.

13 De forma semelhante às universidades corporativas,
desenvolvidas por grandes empresas privadas para assegurar
o alinhamento da capacitação aos valores e desafios
16 estratégicos que tais empresas enfrentam, o governo necessita
de que as escolas assumam um papel de “escola corporativa de
gestão”, alinhando-se às políticas e diretrizes de governo no
19 sentido da melhoria da gestão pública.

Por outro lado, cada vez mais, os governos recorrem
à sociedade em busca de parcerias para o desenvolvimento de
22 ações. As formas e os mecanismos de desenvolver essas
parcerias variam, mas essa prática é cada vez mais adotada e,
em alguns casos, até mesmo institucionalizada, por meio da
25 incorporação de diferentes atores sociais na definição e na
gestão de políticas públicas.

Essa prática nos revela uma nova concepção de
28 Estado, que se aproxima da sociedade e a incorpora por meio
de atores sociais. A própria Constituição Federal estabeleceu
inúmeros mecanismos e instrumentos de gestão que preveem
31 a incorporação de atores sociais na gestão pública, em especial,
nas áreas de saúde, meio ambiente e educação.

Essa forma ampliada de conceber o conceito do que
34 é público e da ação de governar modifica não só o universo de
atuação das chamadas escolas de governo, mas também sua
missão.

37 Em vez de serem concebidas como instrumento de
modernização do Estado, sua missão passa a ser a de
desenvolver e ampliar a capacidade de governo e aprimorar a
40 ação dos atores sociais que interagem com o Estado e atuam na
esfera pública.

Adriano Cesar Ferreira Amorim. O programa de capacitação de servidores públicos e de cidadãos do Tribunal de Contas da União: um exemplo de atuação estratégica das escolas de governo. Revista do TCU, ano 45, n.º 26, jan.-abr./2013. Internet: <<http://portal2.tcu.gov.br>> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos às ideias e a aspectos linguísticos do texto ao lado, de Adriano C. F. Amorim.

- 1 A expressão “as escolas” (ℓ.17) faz referência às ‘escolas de governo’ (ℓ.9-10).
- 2 Nas expressões “Respeitam-se” (ℓ.11) e “alinhando-se” (ℓ.18), o pronome “se” foi empregado para indicar a indeterminação do sujeito das respectivas formas verbais.
- 3 A coerência e a correção gramatical do texto seriam prejudicadas caso o trecho “De forma semelhante (...) grandes empresas privadas” (ℓ.13-14) fosse reescrito da seguinte forma: De forma semelhante, as grandes empresas privadas desenvolvem universidades corporativas.
- 4 A forma verbal “variam” (ℓ.23) está empregada no plural para concordar com os nomes “formas” e “mecanismos”, na linha 22.
- 5 Seriam preservadas as ideias originais e a correção gramatical do texto, caso o período “Essa prática (...) atores sociais” (ℓ.27-29) fosse reescrito da seguinte forma: Essa prática revela-nos uma nova concepção de Estado que se aproxima e incorpora a sociedade por meio de atores sociais.
- 6 As empresas começaram a instituir as universidades corporativas e os órgãos públicos, as escolas de governo, mormente devido ao fato de as universidades brasileiras não capacitarem minimamente os estudantes para o mercado de trabalho, especialmente nas áreas de saúde, meio ambiente e educação.
- 7 As instituições públicas têm buscado firmar parcerias com agentes externos a seus órgãos para que estes atuem conjuntamente na definição e na gestão de políticas públicas.
- 8 A Constituição Federal prevê, como uma das missões do Estado, a participação da sociedade nas escolas de governo, de forma a contribuir na gestão pública.
- 9 A correção gramatical do texto seria mantida caso o trecho “às próprias especificidades” (ℓ.6) fosse substituída por **a especificidades próprias**.
- 10 Sem prejuízo da correção gramatical do texto e do seu sentido original, o termo “decerto” (ℓ.11) poderia ser substituído pelo vocábulo **porventura**.

Mem. 10/2012-SEGED

Brasília, 25 de novembro de 2012.

Aos dirigentes das unidades de informação

Assunto: cronograma de remessa de processos para arquivamento.

1. Cumpre-me informar que encaminhamos às unidades o cronograma de remessa de processos para arquivamento referente ao ano de 2013 (Anexo I).
2. As orientações a respeito da remessa de processos para arquivamento estão disponíveis na Portaria n.º 37/2010, que estabelece os procedimentos e ações de Gestão Documental.
3. Solicitamos a colaboração de todos para que sejam observadas as recomendações disponíveis no portal.
4. Devo mencionar, por fim, que a equipe do Serviço de Gestão Documental (SEGED) está à disposição para prestar esclarecimentos sobre o assunto pelo e-mail: seged@tcro.gov.br.

Atenciosamente,

(espaço para assinatura)

(nome)

Chefe do SEGED

Considerando as disposições do **Manual de Redação da Presidência da República (MRPR)**, julgue os itens que se seguem, a respeito da adequação do formato e da linguagem da comunicação oficial hipotética acima apresentada.

- 11 De acordo com o MRPR, o memorando apresenta a agilidade como sua principal característica, razão por que a apresentação de anexos e a referência a portarias ou outros documentos regulamentares não são apropriadas nesse expediente.
- 12 Para se adequar o memorando em apreço à prescrição do MRPR relativamente à concisão, seria correta a substituição do trecho “Cumpre-me informar que encaminhamos”, no início do seu parágrafo introdutório, por **Encaminhamos**.
- 13 Para se adequar a comunicação oficial em apreço ao padrão estabelecido pelo MRPR para memorando, a menção ao destinatário deveria ser apresentada após o “Assunto”, feita por meio de vocativo, seguido de vírgula, da seguinte forma: **Aos senhores dirigentes das unidades de informação,**

Considere que um argumento seja formado pelas seguintes proposições:

- P1 A sociedade é um coletivo de pessoas cujo discernimento entre o bem e o mal depende de suas crenças, convicções e tradições.
- P2 As pessoas têm o direito ao livre pensar e à liberdade de expressão.
- P3 A sociedade tem paz quando a tolerância é a regra precípua do convívio entre os diversos grupos que a compõem.
- P4 Novas leis, com penas mais rígidas, devem ser incluídas no Código Penal, e deve ser estimulada uma atuação repressora e preventiva dos sistemas judicial e policial contra todo ato de intolerância.

Com base nessas proposições, julgue os itens subsecutivos.

- 14 A P2 — As pessoas têm o direito ao livre pensar e à liberdade de expressão — é uma proposição lógica simples.
- 15 O argumento em que as proposições de P1 a P3 são as premissas e P4 é a conclusão é um argumento lógico válido.
- 16 A proposição “Deve ser estimulada uma atuação repressora e preventiva dos sistemas judicial e policial contra todo ato de intolerância” é uma proposição composta.

P	Q	R	S
V	V	V	
V	V	F	
V	F	V	
V	F	F	
F	V	V	
F	V	F	
F	F	V	
F	F	F	

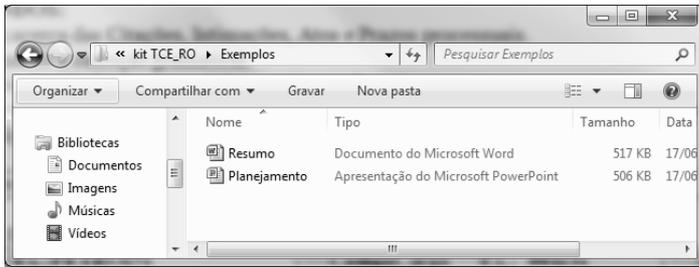
Com base na tabela apresentada acima, referente ao início da construção da tabela-verdade da proposição S, composta de P, Q e R, que são proposições lógicas simples, julgue os itens a seguir.

- 17 Se $S = Q \leftrightarrow (P \vee R)$, a coluna correspondente à proposição S, depois de preenchida a tabela-verdade, mostrará, de cima para baixo e nesta mesma ordem, os seguintes elementos: V, F, F, F, V, V, F, V.
- 18 Se $S = (P \rightarrow Q) \wedge (P \rightarrow R)$, a coluna correspondente à proposição S, na tabela acima, conterá, de cima para baixo e na ordem em que aparecem, os seguintes elementos: V, F, F, F, V, V, V, V.

Considerando que uma empresa adquira 10 *desktops* e 10 *notebooks*, todos distintos, para distribuí-los entre 20 empregados — 10 homens e 10 mulheres —, de modo que cada empregado receba um único equipamento, julgue o seguinte item.

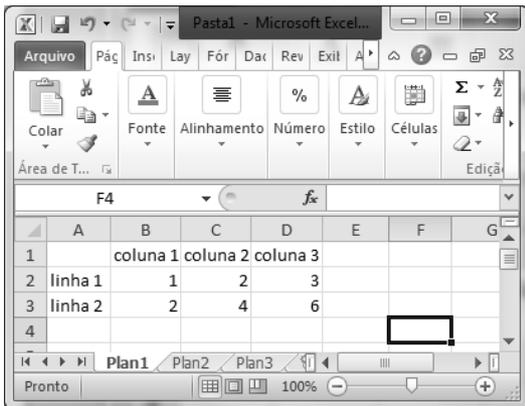
- 19 A quantidade de maneiras distintas de se distribuir esses equipamentos de forma que os homens recebam somente *desktops* é superior a $2 \times (9!)^2$.

RASCUNHO



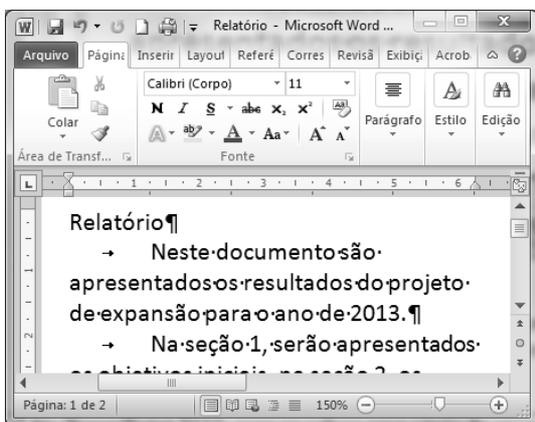
Considerando a figura acima, que ilustra parte de uma janela do ambiente Windows 7, julgue o item que se segue.

- 20 Os arquivos **Resumo** e **Planejamento** possuem, cada um, mais de 500 milhões de *bytes*.



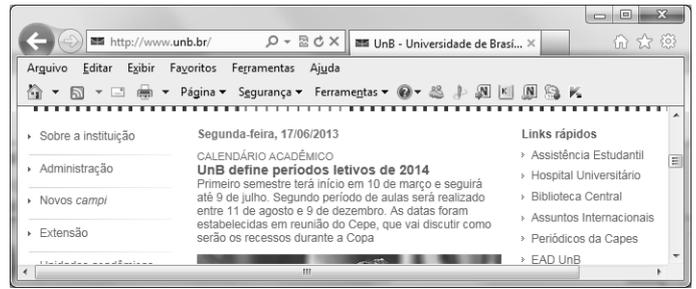
Com base na figura acima, que ilustra uma planilha do Excel 2010, julgue o item seguinte.

- 21 O conteúdo da célula E3 da planilha em edição será igual a 8, após a realização do seguinte procedimento: clicar a célula E3, digitar $=B3+C3+D3/3$ e teclar .



Com base na figura acima, que mostra uma janela do Word 2010 contendo um documento em processo de edição, julgue os próximos itens.

- 22 No documento em edição, ao clicar-se entre as letras a e t da palavra **Relatório** e, em seguida, pressionar-se a tecla , a letra t dessa palavra será apagada.
- 23 Para se aplicar negrito à palavra **Relatório** e ao número 2013, é suficiente realizar a seguinte sequência de ações: selecionar a palavra **Relatório**, clicar o botão , clicar o botão e, finalmente, clicar entre dois algarismos do número 2013.



Considerando a figura acima, que mostra uma janela do Internet Explorer (IE), julgue os itens subsequentes, a respeito de conceitos de Internet.

- 24 Ao se clicar o botão , o histórico de navegação do IE, que contém uma lista de páginas da Web visitadas anteriormente, será excluído.

Julgue os itens a seguir, acerca da história do estado de Rondônia.

- 25 O Território Federal do Guaporé foi criado por Getúlio Vargas mediante o desmembramento de uma parte do território dos estados do Acre e do Amazonas.
- 26 A colonização portuguesa do oeste amazônico, no período colonial, foi motivada pela demanda de látex pelo mercado europeu.
- 27 Em 1866, por decreto do governo do Império do Brasil, os rios Amazonas e Madeira, bem como os seus afluentes, foram abertos, em toda a sua extensão, à navegação mercante internacional.
- 28 Na solução da questão da disputa com a Bolívia pelo território que hoje corresponde ao estado do Acre, o governo brasileiro comprometeu-se a construir uma ferrovia para ligar o porto de Santo Antônio, localizado no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no rio Mamoré.

Com relação a aspectos geográficos do estado de Rondônia, julgue os itens subsequentes.

- 29 A política desenvolvimentista utilizada pelos governos militares, após 1964, favoreceu a ocupação e a atividade agropecuária no estado de Rondônia.
- 30 A navegabilidade do Alto Madeira impulsionou a exploração dos seringais nessa região, pois viabilizou o transporte de mão de obra e o escoamento de produtos entre Porto Velho e Manaus.

Acerca dos conceitos, formas e tipos de controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 31 A legitimidade para praticar o autocontrole, conferida à administração pública, somente pode ser exercida *ex officio*.
- 32 A administração pública, no exercício de suas funções, possui mecanismos próprios de controle sobre os seus atos, além de sujeitar-se ao controle do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Em relação ao controle externo e interno da administração pública, julgue os próximos itens.

- 33 O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, deve ser exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 34 O controle interno somente pode ser exercido por iniciativa própria, enquanto o controle externo pode ser exercido por iniciativa própria ou mediante provocação.

No que se refere a recursos administrativos da administração pública, julgue o item a seguir.

- 35 Enquanto o recurso interposto tempestivamente não tiver sido decidido, o ato não produzirá efeito e, portanto, não causará lesão.

Acerca das atribuições do TCU, julgue o item abaixo.

- 36 Nos termos da Constituição Federal de 1988, compete ao TCU sugerir ao Congresso Nacional a definição de vencimentos dos ministros, auditores e membros do Ministério Público junto ao tribunal.

Com base nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa, julgue o item seguinte.

- 37 A caracterização da prática de ato de improbidade que cause efetivo prejuízo econômico ao erário dependerá da comprovação de que o agente público tenha obtido vantagem indevida.

De acordo com os dispositivos da Lei Orgânica do TCE/RO, julgue os itens a seguir.

- 38 Em caso de irregularidade de contas, cabe ao TCE/RO, em sua função fiscalizadora, realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias nas entidades da administração indireta, exceto nas fundações e sociedades instituídas pelo poder público estadual.
- 39 Em consonância com o princípio da legalidade, compete ao TCE/RO apreciar, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal, exceto as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- 40 Apesar de abranger recursos repassados diretamente às prefeituras pelo Poder Executivo estadual, a jurisdição do TCE/RO não inclui organizações não governamentais (ONGs) beneficiadas por convênios com o governo estadual.

Tendo como base as disposições do regimento interno do TCE/RO, julgue os itens que se seguem.

- 41 Serão julgadas pelo Tribunal as contas irregulares apenas quando comprovada dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo.
- 42 Cabe ao presidente de câmara orientar e fiscalizar os conselheiros e auditores do tribunal no cumprimento de seus deveres e no desempenho de suas atribuições.

Acerca da ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

- 43 Os princípios da moral funcional são os únicos relevantes para o exercício de cargo ou função pública, haja vista que os valores individuais e sociais podem ser incompatíveis com conceitos inseridos no Código de Ética dos Servidores do TCE/RO.
- 44 O dever ínsito a todo servidor do TCE/RO em proceder com honestidade, probidade e ética não decorre somente dos preceitos éticos aplicados à função pública, mas também da responsabilidade que advém de seus deveres enquanto cidadão inserido no convívio social.
- 45 Considere que um servidor recém-empossado em um tribunal de contas tenha observado que, em sua repartição, é comum o recebimento de presentes de pessoas físicas auditadas pelo referido tribunal. Nessa situação, caso esse servidor aceite presentes dessa natureza, ele estará agindo de acordo com parâmetros éticos, visto que esse é um comportamento consolidado no ambiente de trabalho.

José, em exercício há seis anos no cargo de auditor de controle externo do TCE/RO, obteve licença sem vencimento para tratar de assunto particular. Após quatro meses de licença, José foi contratado por Antônio, pessoa com quem estabeleceu relacionamento em razão do exercício do cargo, para defender seus interesses em procedimento administrativo perante o referido tribunal.

Com base na situação hipotética acima apresentada, julgue os itens a seguir.

- 46 Embora seja competência do corregedor-geral a instauração de sindicância ou procedimento administrativo disciplinar que vise a apuração das infrações previstas no Código de Ética dos Servidores do Estado de Rondônia, a aplicação da sanção de censura ética em publicação oficial compete ao presidente do TCE/RO.
- 47 José, ao celebrar contrato com Antônio, violou o Código de Ética dos Servidores do TCE/RO, visto que há proibição de prestar qualquer tipo de serviço à pessoa física com quem se tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do cargo ou função, no período de três anos, a contar do afastamento do servidor.
- 48 Devido a conduta acima relatada, José poderá ser demitido após o devido processo administrativo.

De acordo com o Código de Ética dos Servidores do TCE/RO, julgue os itens que se seguem, referentes às relações do servidor com o fiscalizado.

- 49 Durante os trabalhos de fiscalização, o servidor deve estar preparado para aconselhar o interessado acerca do objeto do processo e esclarecer questionamentos acerca das competências do TCE/RO e das normas aplicáveis à fiscalização.
- 50 Observadas irregularidades durante a fiscalização, o servidor deve empreender caráter inquisitorial às indagações formuladas ao fiscalizado, com o intuito de obter maiores esclarecimentos sobre o objeto do processo.